

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: As minas do Rei Salomão	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Cresce número de barragens sob risco de ruptura no país	2
Título: Reforço aos cofres	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Lucro de empresas sobe pelo quinto trimestre e reforça sinais de retomada	6
Título: Nome para Minas e Energia deve ser definido esta semana.....	8
Título: Castello Branco é convidado para presidir a Petrobrás.....	9
VEÍCULO: Valor Econômico.....	11
Título: Licenciamento ambiental de hidrelétrica leva 9 anos	11
Título: Na busca por oceano sustentável, Noruega quer aproximação com país.....	13
Título: Receita com royalty de petróleo cresce, apesar de preço menor	14
Título: Combustível deve subir menos e pode ajudar inflação.....	17
Título: Aliado quer que Bolsonaro destrave linhão.....	18
Título: A nova velha agenda do setor de petróleo e gás natural	20
Título: Concorrência no combustível	23
Título: O pântano protecionista de Trump	26
Título: Queiroz Galvão renegocia dívida em quatro pacotes.....	28
Título: Hitachi e ABB.....	30
Título: Echoenergia cresce no mercado livre	31

VEÍCULO: O Globo**Data: 19/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: As minas do Rei Salomão**

Nesta altura do campeonato, Bolsonaro tem mais força política do que Temer, claro. O Senado se comprometeu com o novo presidente a votar, quarta, o tal decreto da cessão onerosa do pré-sal, uma nova versão das “minas do Rei Salomão”, cujo leilão pode render uns R\$ 100 bilhões, dinheiro que a todos os entes públicos seduz. O governo Temer já tinha desistido de votar a cessão este ano por causa das imposições — ou seria toma lá, dá cá? — de muitos senadores que querem empurrar à Viúva, em fim de mandato, várias outras contas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 19/11/2018****Seção: Cotidiano****Autor: Flávia Faria****Título: Cresce número de barragens sob risco de ruptura no país**

Relatório aponta vulnerabilidade em 45 estruturas, contra 25 no ano anterior

Ao menos 45 barragens do Brasil estão vulneráveis e podem apresentar risco de rompimento. Os números são de relatório da ANA (Agência Nacional de Águas), que considera dados de 2017.

No levantamento publicado no ano passado, que se baseou em dados de 2016, os reservatórios preocupantes eram 25.

A maioria das barragens classificadas como vulneráveis estão no Nordeste, especialmente na Bahia e em Alagoas, e mais da metade (25) são de responsabilidade do poder público. Nove já eram consideradas de risco no relatório de 2017, indicando que nada ou muito pouco foi feito para recuperá-las.

Os problemas citados são muitos: rachaduras, infiltrações, buracos, vertedores (que medem a vazão da água) quebrados e falta de documentação que comprove a segurança do reservatório.

O balanço da ANA obtido pela Folha é o segundo produzido após o maior desastre ambiental da história recente do país, quando o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), sob responsabilidade da mineradora Samarco, provocou a morte de 19 pessoas e poluiu o rio Doce, em novembro de 2015.

Em anos anteriores, a agência nacional tinha balanços sem a mesma classificação de barragens vulneráveis.

No relatório mais recente, a fiscalização constatou que, em uma barragem de Camaçari, na Bahia, havia árvores e formigueiros comprometendo o equipamento. Já em Santa Bárbara, no Rio Grande do Sul, seriam necessários R\$ 10 milhões para corrigir falhas na comporta e em outros componentes da estrutura.

Apesar do aumento de 80% no número de reservatórios considerados vulneráveis, a ANA diz acreditar que os dados são subdimensionados.

Isso porque o relatório anual é feito a partir de informações fornecidas pelos órgãos fiscalizadores, e nem todos enviaram relatórios completos da situação.

Muitos ainda nem terminaram de catalogar as barragens sob sua jurisdição, embora o cadastro tenha sido estabelecido por lei de 2010. Em 570 barragens não se sabe nem quem é o responsável —ou o “dono”— do reservatório.

O diagnóstico da agência é que, embora se tenha avançado bastante no cadastramento —em 2013 eram 4.437 registradas, contra 24.092 em 2017 —, ainda há muito a fazer nesse sentido. Em 76% dos casos não é possível saber se a barragem é submetida à PNSB (Política Nacional de Segurança de Barragens) por falta de informação a respeito do equipamento.

Criada em 2010 por lei federal, a PNSB tem como objetivo garantir padrões de segurança que minimizem acidentes e os efeitos destes no meio ambiente e nas populações vizinhas às barragens.

Não são todos os equipamentos, porém, que precisam se adequar ao estabelecido pela lei —o que não significa que outros reservatórios não precisem seguir padrões de segurança e conservação.

Como critério, a PNSB especifica características de altura, capacidade de armazenamento de água, periculosidade dos resíduos e gravidade do dano social e ambiental em caso de rompimento.

Em tese, a fiscalização dos órgãos estaduais e federais — há 41 com potencial fiscalizador, mas só 33 efetivamente fiscalizam os equipamentos— é restrita aos

reservatórios que se enquadram nos critérios da PNSB. Mas até para saber se as barragens têm as características estabelecidas pela lei é necessário, muitas vezes, que a equipe vá até o local fazer medições.

Esse trabalho é prejudicado pelo pequeno número de fiscais. Em 2017, havia apenas 154 funcionários para fiscalizar todas as barragens do país — há 4.510 na PNSB —, entre estaduais e federais, e nove estados não fizeram nenhuma ação de fiscalização em todo o ano. Das barragens cadastradas, só 3% foram vistoriadas pelos órgãos fiscalizadores.

A lei não chega a prever punições a quem descumprir as recomendações, mas os estados podem emitir regulações específicas e aplicar multas.

Para Fernanda Laus, que coordenou o relatório da ANA, mais que a equipe reduzida, o que atrapalha é a alta rotatividade dos funcionários.

“O número de fiscalizadores nunca vai ser suficiente, mesmo porque aumentar a equipe de fiscalização aumenta o custo. O gargalo nem seria tanto a quantidade de técnicos que trabalham na fiscalização, mas a rotatividade da equipe. O técnico é treinado, se capacita. Daí com um ou dois anos ele sai. A maioria dos órgãos tem baixos salários. A pessoa procura outras alternativas”, diz.

Laus também critica o que chama de falta de consciência dos empreendedores, os “donos” das barragens. Eles podem ser os proprietários da terra onde estão os reservatórios ou quem explora o equipamento, seja para uso próprio (uma empresa de mineração, por exemplo) ou coletivo (abastecimento de água de uma cidade).

Segundo ela, muitos não investem na manutenção dos equipamentos nem se preocupam com alguns aspectos básicos de segurança.

“Todo mundo que tem barragem tem que ter consciência de mantê-la. Se não tem recursos para isso, não pode ser proprietário. É uma responsabilidade que a pessoa assume. São estruturas necessárias para o desenvolvimento de sociedades, mas podem, sim, causar acidentes, mesmo as pequenas”, afirma Laus.

Em abril deste ano, duas crianças morreram após o rompimento de barragens em Paragominas, no Pará, e mais de 2.000 famílias foram afetadas pelas enchentes.

Outro ponto preocupante é a restrição dos recursos para obras de recuperação das barragens. A verba até chega a ser reservada, mas não é efetivamente investida. Em 2017, foram aplicados 73% dos recursos previstos na esfera federal e só 23% na esfera estadual.

Um exemplo problemático é o Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca). O órgão, responsável por mais de 300 barragens, teve R\$ 5,7 milhões para aplicar em segurança dos reservatórios no ano passado. Destes, pouco mais de R\$ 3 milhões foram empenhados, e só R\$ 1,4 milhão de fato foi aplicado.

Ainda que aplicasse todos os recursos disponíveis, faltaria ao Dnocs verba para arcar com custos de manutenção. Para se ter ideia, só a barragem de Jucazinho, em Pernambuco, necessita de R\$ 40 milhões para voltar a atender os padrões de segurança.

“Existe uma lacuna entre o planejamento e a aplicação. Os recursos são limitados, e é preciso ter uma estratégia inteligente e priorizar ações onde é necessário”, conclui Laus.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/11/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Reforço aos cofres

Leilões de áreas do pré-sal podem proporcionar mais de R\$ 100 bi em 2019; recurso deve ser usado em negociações para o apoio político às reformas

A julgar pelas mais recentes declarações do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), deve ser votado nos próximos dias o projeto que remove os obstáculos para leilões de exploração de petróleo nas áreas do pré-sal atualmente detidas pela Petrobras.

O texto busca acertar contas entre a União e sua maior estatal, ainda decorrentes da capitalização da empresa em 2010. Feito isso, estará aberto o caminho para a licitação das regiões, que pode arrecadar pelo menos R\$ 100 bilhões — um reforço precioso aos cofres públicos num início de mandato.

Trata-se, em tese, de montante suficiente para cobrir boa parte do déficit federal, estimado em R\$ 139 bilhões, pelo conceito primário (que não leva em conta a despesa com o pagamento de juros da dívida) , no próximo ano.

É evidente, todavia, que esse seria apenas um alento temporário. Como já alertou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, que permanecerá no cargo, o rombo no Orçamento não pode ser tapado em definitivo com receitas extraordinárias como as decorrentes de privatizações.

Ademais, já se debate a possibilidade de que os recursos venham a ser repartidos com os governos estaduais e municipais, de acordo com os parâmetros constitucionais para os repasses obrigatórios da arrecadação de impostos.

Essa partilha, ao que parece, facilitará politicamente o avanço do texto no Senado. A providência seria coerente com propósitos manifestados pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, defensor de uma maior descentralização de verbas em troca de apoio de governadores e prefeitos a reformas.

Se a divisão é correta como princípio, cumpre negociar boas contrapartidas para que o dinheiro não escorra pelo ralo dos desperdícios e das exorbitantes despesas com folha de pagamento e aposentadorias, causa principal da situação de penúria em que se encontra a maioria dos entes federativos.

Além do compromisso com mudanças previdenciárias que acabem com privilégios do funcionalismo, urge destravar o redesenho do sistema tributário —que sempre esbarrou na resistência dos estados mais pobres em abandonar a guerra fiscal por investimentos.

Se os recursos do petróleo puderem ser um fator a mais de convencimento, tanto melhor.

Curioso que o pré-sal, tido como um passaporte para o desenvolvimento pelo governo petista, possa dar sua primeira grande contribuição durante a Presidência do arquirrival Bolsonaro, que promete impor uma orientação privatista à política econômica.

Que a perspectiva de tal riqueza não volte a incentivar a acomodação perdulária dos governantes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/11/2018

Seção: Economia

Autor: Márcia De Chiara

Título: Lucro de empresas sobe pelo quinto trimestre e reforça sinais de retomada

Expansão. Ganhos de companhias com ações na Bolsa subiram 25,7% entre julho e setembro na comparação com o mesmo período de 2017; Petrobrás foi destaque entre as empresas mas, por setor, comércio registrou o maior avanço, com alta de 500% no lucro

O lucro das companhias com ações negociadas na Bolsa cresceu pelo quinto trimestre seguido, confirmando a trajetória de recuperação da economia. Entre julho e setembro, o lucro líquido de 304 empresas somou R\$ 53,58 bilhões, avanço de 25,7% em relação ao mesmo período de 2017. Os dados fazem parte de um levantamento da Economática, empresa especializada em informações financeiras.

O crescimento foi puxado pelas estatais. Juntas, cinco empresas públicas lucraram R\$ 10,1 bilhões, quase o dobro do alcançado no mesmo trimestre do ano anterior. "As estatais responderam pelo crescimento de quase dez pontos percentuais do lucro no período", explica Einar Rivero, gerente de Relacionamento Institucional da consultoria e responsável pelo estudo.

Excluídas as estatais, os ganhos de 299 empresas privadas cresceram 16,13%. O maior destaque ficou por conta da Petrobrás, que viu seu lucro líquido saltar de R\$ 266 milhões, no terceiro trimestre de 2017, para R\$ 6,64 bilhões, entre julho e setembro deste ano. A desvalorização do real em relação ao dólar e a recuperação do preço do petróleo, que chegou a bater US\$ 80 no período, explicam o desempenho da petroleira, segundo o economista Fabio Silveira, sócio da Macro- Sector.

"Os preços dos **combustíveis** em reais estão alinhados com as cotações internacionais e subiram mais que os custos, garantindo lucros bastante expressivos à Petrobrás."

Setores. O estudo mostra também o lucro por setor. Dos 26 setores avaliados, 12 registraram aumentos, 12 tiveram queda, e dois, prejuízo (construção e minerais não metálicos). Em valor, os bancos lideraram o ranking setorial. Dezoito instituições somaram lucro líquido de R\$ 18,90 bilhões, cifra 30% maior do que a obtida no terceiro trimestre de 2017.

Em seguida está o setor de petróleo e gás. Nove empresas totalizaram lucro de R\$ 8,50 bilhões, crescimento de 237%. Bruno Lavieri, economista da consultoria 4E, diz que o setor financeiro é muito grande em relação aos demais e, por isso, se destaca. Além disso, na crise, os bancos foram rápidos no ajuste.

"Limitaram empréstimos, reduziram as perdas e, agora, os resultados já antecipam o novo ciclo de crescimento." A maior taxa de avanço anual nos ganhos, no entanto, ficou com o comércio. O lucro de 18 companhias do setor atingiu R\$ 1,33 bilhão, alta de quase 500%. Para Silveira, o setor está indo bem por causa da queda dos juros e da recuperação da massa de salários, fatores que acabaram impulsionando o consumo.

Queda. **Os destaques negativos foram energia elétrica e mineração.** O ganho das 35 empresas de energia encolheu 31,4%. Gigante do setor, a Eletrobrás teve prejuízo de R\$ 1,62 bilhão e liderou a lista das empresas com maiores rombos no período. Apesar de o preço em reais da energia elétrica ter subido neste ano, o aumento foi insuficiente para cobrir o endividamento em moeda estrangeira da empresa, explica Silveira. As quatro empresas do setor de mineração tiveram queda de quase 20% nos ganhos. Só o lucro da Vale recuou R\$ 1,39 bilhão no período.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/11/2018

Seção: Economia

Autor: Tânia Monteiro Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Nome para Minas e Energia deve ser definido esta semana

Ex-secretário executivo da pasta Paulo Pedrosa e diretor da CBIE, Adriano Pires, estão entre os mais cotados para assumir o cargo

Com a manutenção do **Ministério de Minas e energia (MME)** separado da Infraestrutura no governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, a equipe de transição deve definir nesta semana o nome para assumir a pasta. Os mais cotados são o ex-secretário executivo do MME Paulo Pedrosa e o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

Enquanto Pedrosa tem o apoio do vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, e do setor privado, Pires conta com a simpatia do ministro extraordinário Onyx Lorenzoni, que vai ocupar a Casa Civil, do atual ministro da pasta, Moreira Franco, do diretor-geral da Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, além de políticos que atuam na área, como os deputados Leonardo Quintão (MDB-MG) e José Carlos Aleluia (DEM-BA).

O Ministério de Minas e energia tem uma das agendas econômicas mais importantes para o governo nos próximos anos, pois será a responsável pelo megaleilão de óleo excedente do pré-sal, que deve render R\$ 100 bilhões, e pelas tratativas em relação ao futuro da Petrobrás e da Eletrobrás.

Pela importância da área, os militares próximos a Bolsonaro decidiram manter o MME separado da Infraestrutura e querem escolher um nome técnico para o cargo. Ex-secretário executivo do MME entre maio de 2016 e abril deste ano, na equipe do ex-ministro e deputado federal Fernando Coelho Filho (DEM-PE), Pedrosa foi um dos entusiastas da privatização da Eletrobrás e é contra políticas de subsídios.

Ele conversou com o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e há cerca de dez dias se reuniu com Mourão, que deve ser o coordenador dos ministérios no governo Bolsonaro. Os militares consideram fundamental escolher um nome técnico e que possa fazer uma gestão distante de escândalos que envolveram o setor nos últimos anos, como os ligados à Lava Jato.

Apesar do apoio do setor privado a Pedrosa, o mundo político tem resistências. Em sua gestão no MME, três usinas que pertenciam à Cemig foram privatizadas, o que lhe rendeu desafetos com a bancada mineira. Já em relação a Pires, a resistência vem do setor militar. Chegaram ao gabinete de transição informações de que Pires teria colaborado com a Embaixada dos EUA repassando dados do setor.

O nome dele apareceu em documentos do Wikileaks, site fundado por Julian Assange que divulgou uma série de despachos diplomáticos secretos do governo americano. Além disso há investigações em andamento em empresas onde o executivo integra o conselho. Pires se aproximou muito do ministro Moreira Franco e já se reuniu com Lorenzoni.

Tem sido um defensor de medidas anunciadas por Moreira nas últimas semanas, como o vale-gás, que criaria um subsídio de 50% no preço do botijão. Procurados, Pedrosa e Pires disseram ter se reunido com integrantes da equipe de transição. Ambos negaram terem recebido convites para assumir o cargo de ministro. Sobre o fato de seu nome aparecer no Wikileaks, Pires disse que não tem conhecimento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/11/2018

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini / RIO

Título: Castello Branco é convidado para presidir a Petrobrás

Ex-diretor do BC e da Vale, economista é visto como homem de confiança de Guedes e trabalhou na equipe de campanha de Bolsonaro

O economista Roberto Castello Branco foi convidado para assumir o comando da Petrobrás, afirmou ao "Estado" uma fonte graduada da equipe econômica de Jair Bolsonaro. Ex-diretor do Banco Central e da Vale, ele fazia parte do time de especialistas que Paulo Guedes reuniu durante a campanha para debater a formulação de propostas econômicas para o então presidenciável.

Era desejo do futuro governo que o atual presidente da petroleira estatal, Ivan Monteiro, permaneça na administração. Há conversas para que ele assuma o comando do Banco do Brasil. Caso essa negociação se confirme, o comando da Caixa poderia ficar nas mãos dos economistas de Rubem Novaes ou de Pedro Guimarães, explicou essa fonte, que tem conhecimento direto das tratativas.

Castello Branco é visto como homem de confiança de Guedes e seu nome já vinha sendo cogitado para o posto. Mas, como o trabalho de Monteiro à frente da Petrobrás era bem avaliado pelo futuro ministro da Economia, havia disposição para que ele permanecesse no comando da petroleira.

Monteiro mostrou-se, contudo, reticente em permanecer por mais um período na estatal. De acordo com relato feito à reportagem, ele argumentou que o trabalho de reestruturação financeira já havia sido feito na companhia e descreveu o desgaste a que se submeteu nos últimos anos como empecilho para sua confirmação.

Para Guedes, o desenho ideal é ter Castello Branco na Petrobrás e Monteiro, que fez carreira no Banco do Brasil, no comando da instituição financeira. Como Guedes, Castello Branco tem formação na Universidade de Chicago e já vinha contribuindo com propostas para o programa do futuro governo na área de óleo e gás.

Caixa. Rubem Novaes, que foi diretor do BNDES e é professor da FGV, e Pedro Guimarães, sócio do banco Brasil Plural, estão ambos bem cotados para assumir o comando da Caixa nesse desenho. A atual secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, chegou a ser sondada para o cargo, mas não se mostrou entusiasmada com a proposta.

Paulo Guedes tem repetido aos mais próximos que quer auxiliares "com brilho nos olhos" e não apenas com currículo adequado para exercer as funções. Novaes chegou a ser cogitado para o comando do BNDES, mas como as conversas com Joaquim Levy avançaram, ele deve ser realocado para outra área do governo.

Com a confirmação dos nomes de Levy no comando do BNDES e Mansueto de Almeida na secretaria do Tesouro Nacional, a futura equipe econômica chefiada por Guedes vai tomando forma. Na área do atual Ministério do Planejamento, que será incorporado à pasta de Guedes, o atual ministro Esteves Colnago é bem cotado para seguir no posto, mas não há definição.

Ao seu time, Guedes tem dito que deseja enxugar o número de secretarias e também reestruturar algumas áreas de seu futuro "superministério". Ele gostaria, por exemplo, de criar uma secretaria de "produtividade e emprego".

Também já indicou que pretende convidar outros nomes do mercado para integrar a futura administração, trazendo, até mesmo, empresários. Guedes já citou Salim Mattar, sócios da Localiza, a interlocutores como um "bom nome" para integrar seu superministério.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Licenciamento ambiental de hidrelétrica leva 9 anos

O processo de licenciamento ambiental de uma hidrelétrica no Brasil dura, em média, nove anos. Após a emissão da licença prévia, exigência obrigatória para que o projeto possa disputar leilão de energia, o processo ambiental leva, em média, cinco anos e nove meses, período que extrapola o prazo exigido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para o início de operação da usina.

Os números, obtidos a partir de dados colhidos de 81 hidrelétricas licenciadas entre 1992 e 2013, fazem parte de estudo inédito elaborado pelo Instituto Acende Brasil e que traz um conjunto de recomendações para reduzir incertezas, riscos e ineficiências, além de agilizar o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica, principalmente hidrelétricas.

O documento será entregue a autoridades brasileiras, incluindo a equipe de transição do governo Jair Bolsonaro, que já indicou que pretende dar celeridade aos processos de licenciamento ambiental e estudar a retomada da construção de grandes hidrelétricas.

"Esse estudo ficou pronto agora, e o momento não poderia ser mais oportuno, por duas razões. Primeiro, o que estamos assistindo hoje é que o processo ambiental como um todo ainda continua bastante precário. E isso tem um custo para a sociedade, tira a competitividade do país e não assegura um cuidado melhor do ambiente. E o segundo problema é que, como consequência disso, o Brasil está abrindo mão de seu potencial hidráulico, o que não faz sentido", disse, Cláudio Sales, presidente do Acende Brasil

Além da lentidão do processo de licenciamento, um dos principais problemas diagnosticados pelo instituto envolve incertezas relativas a exigências socioambientais, que elevam o custo do empreendimento e reduzem a taxa de retorno do projeto, diminuindo a competitividade da fonte hidrelétrica. Um outro problema é que, na maioria dos casos, são exigidos investimentos sociais

e de infraestrutura que não guardam nenhuma relação com o ambiente ou com a finalidade do empreendimento.

"O projeto fica capturado pelo município, por grupos de pressão, por quem quer que seja. Eles vêm com demandas não previstas, difíceis de serem bloqueadas, na medida em que o ônus de não fazer é gigantesco", explicou Sales.

Um exemplo da perda da competitividade foi fruto de outro estudo recente do instituto, que identificou, com base em informações de cerca de 70 hidrelétricas, que o custo ambiental responde por cerca de 20% do investimento de um empreendimento do tipo. Além disso, exigências não previstas inicialmente elevam em outros 20% as despesas de ordem socioambiental.

No conjunto de recomendações feitas pelo Acende Brasil, estão a definição de regras objetivas sobre a necessidade e o tipo de licenciamento ambiental exigido; flexibilização dos procedimentos para organização de audiências públicas; possibilidade de elaboração de estudo de impacto ambiental (EIA) para múltiplos empreendimentos e proteção contra demandas não relacionadas aos impactos provocados pelos empreendimentos.

O instituto propõe ainda o fim da possibilidade de criminalização do agente ambiental que concede licença a determinado projeto. A solução sugerida pelo órgão é que as licenças sejam emitidas por um colegiado, a exemplo de decisões tomadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Dessa forma, a concessão da licença passa a ter um caráter institucional.

"É difícil imaginar um incentivo mais perverso para um funcionário público do que dizer para ele que, por mais bem-intencionada e por mais fundamentada que seja a decisão que venha a expressar, ele está sujeito a um questionamento direto pelo qual vai responder na pessoa física, em um inquérito criminal", afirmou Sales.

Com essas medidas, o instituto acredita ser possível reduzir o custo e a duração dos processos de licenciamento ambiental. O presidente do Acende Brasil ressaltou ainda que a ideia do estudo não é eliminar etapas do licenciamento ambiental, mas apenas torná-las mais objetivas e ágeis.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/11/2018****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Na busca por oceano sustentável, Noruega quer aproximação com país**

O diplomata norueguês Vidar Helgesen minimizou riscos no relacionamento de seu país com o governo de Jair Bolsonaro. Ele, que desempenha o cargo de enviado especial da Noruega para o "Painel de Alto Nível para uma Economia do Oceano Sustentável", iniciativa criada neste ano e liderada pelo governo norueguês, disse que o país está feliz em poder trabalhar com o novo governo brasileiro.

"O Brasil sempre foi e continuará sendo um país importante. E estamos comprometidos com o Brasil ao longo de diferentes governos. Em termos de agenda do oceano, o que é realmente relevante é que a riqueza do oceano depende da saúde do oceano. Então é preciso cuidar do ambiente, se você quiser maior produção. E o Brasil tem grandes oportunidades, dado o seu território. Estamos muito felizes em trabalhar juntos com as novas autoridades brasileiras", afirmou Helgesen, ao **Valor**.

Na semana passada, o ministro extraordinário do gabinete de transição, Onyx Lorenzoni, disse que é a Noruega quem deve aprender com o Brasil sobre preservação ambiental, e não o contrário. "Não dá para vir a ONG da Noruega ou lá da Holanda e vir aqui dizer o que é que a gente tem que fazer." Em resposta, o embaixador da Noruega, Nils Gunneng, tuitou que o país aprendeu muito sobre o tema com o Brasil em dez anos de parceria entre as duas nações. Durante a campanha, Bolsonaro chegou a cogitar a saída do Brasil do Acordo de Paris, porém reviu sua opinião ainda antes do fim das eleições.

Oitavo maior país em investimentos diretos no Brasil, em 2015 e 2016, a Noruega desembolsou US\$ 4,6 bilhões no país, no período. Deste total, 53% foram destinados aos segmentos de óleo e gás, marítimo e offshore. Apenas o setor petrolífero recebeu 38% dos investimentos noruegueses em 2015 e 2016. No acumulado até 2016, os investimentos noruegueses no país totalizaram US\$ 12,3 bilhões.

Ex-ministro do Clima e do Meio Ambiente da Noruega e ex-chefe de gabinete da primeira-ministra norueguesa, Erna Solberg, líder do painel, Helgesen veio na última semana ao Brasil para se reunir com autoridades, instituições e empresas, sobre o tema dos oceanos. A ideia é estimular o país, um dos maiores

produtores mundiais de petróleo em alto-mar, para o desenvolvimento sustentável nos oceanos.

"Uma das razões para estarmos aqui é discutir com a comunidade brasileira como podemos interagir com eles. O Brasil não é membro do painel, mas tem muitos recursos naturais. Queremos ver como podemos trabalhar juntos", afirmou Helgesen.

De acordo com dados do painel, os bens e serviços produzidos globalmente no mar somam cerca de US\$ 2,5 bilhões por ano, valor que pode duplicar até 2030. Além do setor do petróleo, o oceano é fundamental para outras indústrias e atividades econômicas, como navegação, transporte e turismo, além de aquicultura e pesca.

Por outro lado, o painel já diagnosticou alguns problemas e desafios relevantes a serem superados. Por exemplo, cerca de 30% de toda comunidade populacional de peixes do mundo está sobre-explorada e a pesca ilegal custa US\$ 23 bilhões ao ano em renda perdida.

O aquecimento dos mares também está provocando mortes de recifes de corais. Caso a tendência continue, todos os recifes de corais poderão ficar irreconhecíveis até 2050, resultando em perda expressiva de alimentos, empregos e proteção contra tempestades para centenas de milhões de pessoas que vivem em regiões litorâneas.

Com o objetivo de estabelecer uma nova relação entre a humanidade e o mar, protegendo o oceano e, ao mesmo tempo, otimizando seu valor para a sociedade, o painel foi criado no início do ano e teve a primeira reunião oficial em setembro, em Nova York. A meta é apresentar em 2020 um conjunto de recomendações para o desenvolvimento sustentável do mar.

Integram o painel 12 países (Noruega, Portugal, Austrália, Chile, Fiji, Gana, Indonésia, Jamaica, Japão, México, Namíbia e República de Palau). A ONU ocupa uma vaga como membro de apoio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Marta Watanabe e Ana Conceição | De São Paulo

Título: Receita com royalty de petróleo cresce, apesar de preço menor

Mesmo com preços em queda, o petróleo deve trazer em 2019 nova e importante injeção de recursos na economia, segundo analistas. O aumento da produção brasileira da commodity, puxado pela exploração dos campos do pré-sal, deve garantir ao setor público no ano que vem recursos em royalties e participações especiais ainda maiores que os de 2018. Na balança comercial, o petróleo bruto deve trazer em 2019 superávit menor, mas ainda assim relevante.

O petróleo deve render no próximo ano R\$ 55,99 bilhões em royalties e participações especiais para o setor público, com alta de 15% sobre os R\$ 48,64 bilhões projetados para 2018, segundo as projeções mais recentes do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Adriano Pires, diretor da entidade, lembra que o volume de recursos é considerável, já que os recebimentos em 2018 representam um aumento de praticamente 60% em relação aos R\$ 30,47 bilhões distribuídos no ano passado. O avanço de produção no ano que vem, calculado em mais de 13% em relação a 2018, deve compensar o efeito de queda de preço que a commodity pode registrar, avalia Pires. "O aumento de produção nos torna menos reféns do preço do barril."

O salto no valor dos royalties deste ano, destaca Pires, resultou do crescimento das três variáveis que influenciam nessa arrecadação: volume de produção, preço do petróleo e taxa de câmbio. Em 2018, diz o executivo, a produção deve ficar em 2,87 milhões de barris ao dia, com alta de 5% em relação à quantidade do ano passado. O preço médio de 2018, com as elevações experimentadas pela commodity no decorrer do ano, diz Pires, deve fechar 2018 em US\$ 73,13 o barril, valor bem acima dos US\$ 54,15 por barril de 2017. A CBIE projeta taxa de câmbio média de R\$ 3,60 em 2018 ante US\$ 3,20 em 2017. Foram considerados os preços do petróleo Brent, referência para a Petrobras.

Diferentemente deste ano, em que todos os fatores ajudaram na "explosão da arrecadação de royalties", para o ano que vem Pires destaca o volume de produção como principal variável. A exploração do pré-sal, diz ele, com produção muito maior do que o anteriormente esperado, deve contribuir fortemente para manter o nível alto e crescente de royalties e participações em 2019, embora em variação menor. A produção total deve aumentar 13,86%, para 3,27 milhões de barris ao dia. Para o valor de royalties, Pires considerou o barril a US\$ 71,92 na média de 2019 e dólar médio a R\$ 3,70.

Pires diz não acreditar que o preço médio caia para valores abaixo de US\$ 60 o barril em 2019. Ele explica que, dada a volatilidade dos preços de petróleo, as projeções da CBIE são feitas levando em conta horizontes de quatro a cinco anos. "De qualquer forma, para o ano que vem, num intervalo maior, os preços do petróleo devem ficar entre US\$ 65 e US\$ 75 o barril."

Para ele, apesar da perspectiva de alguma desaceleração de economias importantes em 2019, há ainda muita tensão geopolítica em razão de políticas controversas de importantes lideranças mundiais, como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Vladimir Putin, na Rússia. Essa tensão, diz, pressiona para cima o preço da commodity. "Alguma medida do Trump em relação ao Irã a qualquer momento pode fazer o barril do petróleo chegar a US\$ 80."

Tudo indica, acrescenta ele, que será possível chegar a 2022 com produção de 4 milhões de barris ao dia. "A produção do pré-sal está muito maior do que se imaginava anteriormente. Há poços que rendem 50 mil barris/dia", diz Pires. Segundo ele, a referência que se tinha era a da produção mexicana do pré-sal, de 15 mil barris/dia. "Hoje a média brasileira é de 45 mil barris/dia."

A maior produtividade, avalia o diretor da CBIE, explica o sucesso dos leilões no setor de petróleo. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o valor arrecadado em leilões este ano foi de R\$ 17,98 bilhões. No ano passado foram R\$ 9,95 bilhões. Para Pires, a recente queda do preço do petróleo não deve afetar o interesse dos investidores exatamente em razão do aumento de produção. "O aumento do volume torna mais barato o custo da exploração e mais atraente o negócio."

Para o economista Maurício Canêdo Pinheiro, professor da Escola Brasileira de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do ponto de vista da indústria, as bruscas oscilações de curto prazo nas cotações do petróleo não preocupam. A questão é se a queda dos preços vai se manter. "Esse mercado é muito complexo e os ciclos de investimento são muito longos. Entre ganhar o direito de exploração de uma área e começar a operar, se vão sete, oito anos", exemplifica. As oscilações podem prejudicar empresas com restrição de caixa no curto prazo, porém.

Tudo mais constante, Pinheiro vê possibilidade de desaceleração nos preços do petróleo no ano que vem, por causa de uma economia mundial mais fraca, mas nada muito além do já visto até agora. "Não acho que será uma queda tão profunda quanto a que vimos depois que o petróleo superou os US\$ 100, anos atrás".

Na balança comercial, a expectativa é que o petróleo bruto continue gerando superávit para o Brasil em 2019, embora menor que o deste ano, segundo projeções da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). O saldo positivo deve cair de US\$ 20 bilhões neste ano para US\$ 16 bilhões em 2019, diz José Augusto de Castro, presidente da entidade.

Pelas projeções da AEB, o volume exportado de petróleo no ano que vem deve ficar parecido com o de 2018. Castro lembra que a quantidade embarcada

saltou de 42 milhões de toneladas de 2016 para 52 milhões de toneladas no ano passado. "Neste ano deve ficar em 62 milhões de toneladas, o que deixa pouco espaço para crescer no ano que vem", diz.

O ganho de produção, segundo Castro, deve atender em boa parte o mercado doméstico, com a expectativa de melhora da economia. O preço de embarque, projeta, deve cair de US\$ 460/tonelada em 2018 para US\$ 330/tonelada em 2019. Na importação, Castro estima volume praticamente estável, de 9,9 milhões em 2018 e de 10 milhões em 2019, com preços que devem cair de US\$ 520/tonelada neste ano para US\$ 450/tonelada em 2019. "Os preços de exportação ou de importação diferem em razão da qualidade do petróleo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Ana Conceição e Arícia Martins | De São Paulo

Título: Combustível deve subir menos e pode ajudar inflação

A forte queda nas cotações internacionais do petróleo, com impacto nos preços dos combustíveis no Brasil, deve contribuir para arrefecer a inflação neste fim de ano. E, salvo oscilações radicais na commodity e no câmbio, também ajudar a manter a inflação comportada no ano que vem.

As cotações do petróleo caíram 25% desde as máximas de quatro anos no início de outubro. Após recuar por 12 pregões seguidos, os preços do petróleo tipo WTI e do tipo Brent subiram em torno de 1,4% na quarta-feira. Na sexta, eles valiam US\$ 56,5 e US\$ 66,8, respectivamente.

Na esteira das quedas internacionais, a Petrobras reduziu sete vezes o preço da gasolina nas refinarias neste mês, num recuo acumulado de 13,58% na primeira quinzena. Nesse meio tempo, a mediana das estimativas do relatório Focus, do Banco Central, para o IPCA de novembro saiu de 0,30% para 0,15% e, para dezembro, de 0,35% para 0,26%.

Para o economista Lucas Nóbrega, do Santander, o impacto da queda dos combustíveis será maior e o IPCA de novembro vai cair 0,13%. "A deflação será basicamente por causa de combustíveis. Energia elétrica também vai contribuir com a mudança na bandeira tarifária [de vermelha 2 para amarela]", diz.

O economista não vê espaço para uma forte queda adicional da cotação do petróleo, embora avalie que a demanda possa enfraquecer diante dos sinais já existentes de desaceleração da economia mundial. "Não trabalhamos com

estimativas para o petróleo, mas algo entre US\$ 60 e US\$ 70 o barril [do Brent] pode ser um bom palpite. Não vejo uma grande desvalorização", diz.

Se o câmbio se mantiver no atual patamar "confortável", a perspectiva é de preços de combustíveis menos pressionados em 2019. O Santander estima alta entre 2% e 2,5% para o item no ano que vem, ante avanço de 10% neste ano. O banco prevê taxa média de câmbio de R\$ 3,75 em 2019, e de R\$ 3,61 neste ano. O IPCA deve subir 3,8% e 4,3%, respectivamente.

Tiago Tristão, economista da Genial Investimentos, diz que 90% da variação da gasolina e do diesel aos distribuidores chegam ao consumidor em até 90 dias. "O repasse da refinaria para as bombas está ocorrendo de forma rápida e, se isso for mantido, os combustíveis terão deflação ao consumidor em novembro e talvez até em dezembro", avalia. Em outubro, o grupo transportes foi uma das principais pressões sobre o IPCA, ao avançar 0,92%, e a tendência é que fique no terreno negativo ao fim de novembro. Por ora, a Genial estima que o IPCA vai desacelerar de 0,45% em outubro para 0,15% no mês atual, mas está sob revisão para baixo.

Nas estimativas da gestora, os preços administrados, grupo em que está a gasolina, vão aumentar 7,5% neste ano. Para o próximo ano, o cenário ainda é incerto, porque dependerá do comportamento do câmbio e da oferta e demanda de petróleo, diz Tristão. Considerando a taxa de câmbio na casa de R\$ 3,60, a manutenção da mesma bandeira tarifária nas contas de luz de dezembro para 2019 e, ainda, que o barril de petróleo fique entre US\$ 60 e US\$ 70, as tarifas monitoradas devem ter alta parecida à deste ano.

Fabio Silveira, da MacroSector, diz que petróleo em US\$ 70 e dólar em R\$ 3,80 seriam benignos para os preços dos combustíveis. O problema, afirma, é que são duas variáveis imprevisíveis. "A grande questão é saber em que patamar o preço do petróleo e a taxa de câmbio vão se estabilizar. Hoje, rigorosamente, não dá para dizer." O economista tem uma visão mais negativa para a inflação em 2019 e prevê alta de 5,2%, efeito dos grandes desafios fiscais de difícil solução e do cenário externo mais desafiador com alta de juros dos EUA, que pressionarão o câmbio, e preços agrícolas mais altos que os vistos neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Aliado quer que Bolsonaro destrave linhão

O governador eleito de Roraima, Antonio Denarium (PSL), pretende aproveitar a ascensão de seu aliado Jair Bolsonaro para destravar um dos maiores nós na infraestrutura no país: a construção da linha de transmissão de energia Manaus-Boa Vista, o chamado "Linhão de Tucuruí", que deveria ter entrado em funcionamento em 2015, mas até hoje não se desvencilhou das restrições socioambientais.

A ideia é utilizar uma brecha na legislação para tirar o projeto do papel. Nos decretos de demarcação e homologação da área indígena Waimiri-Atroari, estipulou-se que ficaria excluída da reserva uma faixa de 50 metros às duas margens da BR-174, rodovia que atravessa esse território - a chamada área de domínio.

"Nossa proposta é que o Linhão de Tucuruí passe dentro da faixa de domínio. Existem interesses para que não chegue a Roraima", disse Denarium ao **Valor**.

Ele afirmou que levará essa reivindicação ao futuro ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, com quem deve se reunir nos próximos dias em Brasília.

Roraima é o único Estado não interligado ao sistema elétrico nacional. Depende, além de termelétricas a diesel, da energia gerada pela hidrelétrica de Guri, na Venezuela. Sofre com constantes apagões, que vêm se intensificando juntamente com a crise econômica e social do país vizinho.

A construção do linhão é tema sensível por razões históricas. Boa parte dos índios Waimiri-Atroari foi dizimada na construção pelos militares da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, entre 1967 e 1977. Segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade, a população desses povos indígenas caiu de 3 mil para 571 em medições feitas pela Funai em 1968 e 1982.

Além da desconfiança dos indígenas, há uma série de empecilhos legais e jurídicos impedindo que o projeto seja levado adiante. Em janeiro, a Justiça Federal do Amazonas proferiu liminar impedindo a realização de empreendimentos "capazes de causar impacto em grande escala" nas terras dos Waimiri-Atroari "sem haver consentimento prévio e vinculante" dos indígenas.

Denarium, no entanto, acredita que as possibilidades de tirar esse e outros projetos do papel devem aumentar na gestão do presidente eleito, que desde a campanha eleitoral vem prometendo facilitar a concessão de licenças ambientais.

"Eu tenho certeza de que agora, com o governo do Bolsonaro, nós vamos acabar com os entraves que estão impedindo a chegada do linhão a Roraima", disse.

O governador eleito tentará conversar e negociar com lideranças indígenas sobre o assunto e admite pagar uma indenização aos nativos. Mas interpreta que a lei já permite a passagem do linhão pela área de domínio.

Além de controversa, a ideia tampouco é nova. Já foi defendida pelo senador Romero Jucá (MDB-RR), que não foi reeleito. Mesmo aliado de todos os últimos governos desde Fernando Henrique Cardoso, Jucá jamais conseguiu fazer do linhão uma realidade.

No encontro com Onyx, Denarium levará uma lista de demandas e temas prioritários envolvendo Roraima e o governo federal. Além do linhão, o governador eleito pretende tratar de outros temas como a crise de refugiados venezuelanos, regularização fundiária e a exploração mineral no Estado.

Segundo Denarium, continuam chegando todos os dias cerca de mil venezuelanos pela fronteira seca do país vizinho com Roraima. Com escolas e hospitais sobrecarregados, o eleito quer que o governo federal compense financeiramente o Estado por esses gastos adicionais com saúde e educação.

"O ideal seria restringir a entrada dos venezuelanos no Brasil. Apresentação de passaporte, atestado de vacinação e de antecedentes criminais", disse Denarium. "O governo federal tem que atender melhor o Estado de Roraima e tem que fazer uma política de interiorização dos venezuelanos pelo Brasil."

Ele também sugere que Bolsonaro negocie com Caracas a construção de abrigos em território venezuelano. "Em vez de colocar os abrigos dentro do Brasil, colocar dentro da Venezuela. O atendimento vai ser o mesmo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2018

Seção: Opinião

Autor: Décio Oddone

Título: A nova velha agenda do setor de petróleo e gás natural

Depois de décadas de monopólio de fato nos segmentos de refino e de gás natural, de desrespeito às regras de mercado na formação e divulgação de preços, de anos de crise na exploração e produção e após a introdução de medidas que começaram a destravar investimentos o setor iniciou uma retomada. É chegada a hora de completar o processo que permitirá o aproveitamento pleno dos recursos petrolíferos do país e o acesso dos brasileiros a combustíveis derivados de petróleo e a gás natural a preços justos e transparentes.

Trata-se de agenda conhecida. Compreende o aumento da exploração de petróleo e gás, da extração nos campos maduros e da diversificação, da competição e da transparência nos mercados de abastecimento e de gás natural. Embora avanços tenham sido logrados, ainda há muito por fazer. É importante que o calendário de leilões passe a ser de cinco anos, para dar maior previsibilidade aos investidores. O processo de venda de campos da Petrobras em terra e águas rasas deve ser concluído rapidamente, estimulando o desenvolvimento de um mercado para pequenas e médias empresas. Novas medidas para incentivar a recuperação de petróleo e gás nos reservatórios em produção, evitando o desperdício de recursos preciosos, precisam ser aprovadas.

Embora não seja imprescindível, é desejável que o regime de concessão volte a ser adotado para as áreas no pré-sal. Nesse caso, as alíquotas de Participação Especial (PE) poderiam passar a ser calculadas da forma adotada para a definição do percentual de óleo-lucro no modelo da partilha, variando com a produtividade dos poços e com o preço do petróleo e sendo a sua distribuição entre União, Estados e municípios revisada. Caso isso ocorra, os contratos de partilha já assinados devem ser respeitados, ficando a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) responsável pela sua administração.

Os volumes excedentes da cessão onerosa devem ser leiloados o mais rápido possível, acelerando o aproveitamento de bilhões de barris de petróleo e gás, mas o planejamento deve ser cuidadoso. Os investimentos anuais em exploração de petróleo e gás estão na casa dos US\$ 50 bilhões por ano. No mundo inteiro. O Brasil recebeu R\$ 28 bilhões em bônus de assinatura pelos 72 blocos contratados nos seis leilões realizados em 2017 e 2018, o que representou três quartos dos cerca de US\$ 9 bilhões gastos em três mil blocos, em mais de 100 leilões em 82 países desde 2016.

O que se tem pela frente em 2019, com o leilão do excedente da cessão onerosa e com as rodadas de concessão e partilha, tem maior dimensão. Podem ser dezenas de bilhões em bônus. Por isso ideias como o parcelamento dos pagamentos iniciais e a concentração da arrecadação nas receitas futuras, tornando o regime tributário mais progressivo, devem ser avaliadas.

Um adequado nível de competição só será alcançado com a venda de refinarias da Petrobras no Sudeste

As áreas em que a exploração de petróleo deve ser restringida por razões ambientais devem ser definidas prontamente e excluídas dos leilões futuros. As demais devem ser liberadas para exploração. As solicitações de licenças e autorizações junto a órgãos do governo federal devem ser concentradas em

uma única instituição. Os órgãos ambientais precisam ser ágeis na liberação de licenças. A exploração de recursos não convencionais, guardados os necessários cuidados com o meio ambiente, deve ser levada adiante.

O setor vive inédita institucionalização. A Petrobras tem liberdade para atuar como empresa de capital aberto, com o objetivo de maximizar o seu lucro. Nesse cenário, a regulação deve atuar em defesa do consumidor. Para atrair os investimentos requeridos para o aumento da produção e da oferta de combustíveis fósseis e renováveis, é necessário que os preços sigam as variações do mercado internacional e da taxa de câmbio, mas que sejam estabelecidos em um ambiente em que haja maior transparência e concorrência. Assim, poderiam ser evitadas distorções como as ocorridas nos últimos anos, quando os preços ora estiveram muito abaixo dos internacionais, como entre 2011 e 2014, ora muito acima como nos períodos de 2008 a 2010 e do final de 2014 até recentemente.

Um adequado nível de competição no mercado brasileiro só será alcançado se a venda de refinarias da Petrobras incluir unidades no Sudeste. Medidas que inibem a competição, especialmente nos setores de distribuição de derivados e de gás de cozinha (GLP), devem ser reavaliadas. As diferenciações de preço e as restrições de uso do GLP devem ser eliminadas, sendo protegidos somente os beneficiários do Bolsa Família. Subvenções, fundos e financiamentos que utilizem recursos públicos devem ser evitados.

É preciso promover a diversificação, a desverticalização e o livre acesso nas atividades de transporte, tratamento e armazenamento de petróleo, derivados e gás natural. Com isso, e com os desinvestimentos da Petrobras, poderá ser criado um segmento de logística competitivo. As regulações estaduais e federal para o gás devem ser equalizadas. Como o sistema elétrico também está passando por uma grande transformação, a regulação do gás natural deve considerar essa nova realidade. O gás natural doméstico deve ganhar espaço na geração térmica e nos mercados industrial, comercial e residencial.

A sonegação precisa ser reduzida. Por isso, é recomendável uniformizar as alíquotas de ICMS e o cálculo do preço de referência dos combustíveis para efeito de impostos. As políticas para biocombustíveis e veículos elétricos devem ser compatibilizadas, levando em consideração as emissões ao longo de toda a cadeia de geração e consumo da energia.

Os conflitos decorrentes do papel da Petrobras, como empresa de capital aberto com controle estatal, devem ser superados. Em resumo, as regras de mercado e a eficiência devem finalmente prevalecer no setor. Assim, a indústria de petróleo e gás poderá deixar discussões de cunho ideológico no passado, possibilitando que o debate sobre uma eventual privatização da Petrobras seja

feito de forma pragmática e objetiva, considerando a melhor alocação dos recursos da União.

Enfim todo o potencial do setor poderá se traduzir em crescimento econômico, geração de emprego e renda e aumento da arrecadação, da competitividade e da produtividade da economia brasileira. A tempo de contribuir na transição para uma economia de baixo carbono.

Décio Oddone é diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2018

Seção: Opinião

Autor: Tercio Ferraz Junior e Juliano Maranhão

Título: Concorrência no combustível

Dentre os temas do programa eleitoral do presidente eleito Jair Bolsonaro merece relevo a questão dos combustíveis. Como candidato, manifestou sua orientação política sobre o tema, ao afirmar que, depois da descoberta do pré-sal, "a regulação do petróleo foi orientada pelo estatismo, gerando ineficiências". Seu dedo crítico apontava para a exigência burocrática de conteúdo local, que reduziria a produtividade e a eficiência, além de ter gerado corrupção, sem qualquer impacto positivo para a indústria nacional no longo prazo.

Insurgia-se contra os preços praticados pela Petrobras, que deveriam seguir os mercados internacionais, encontrando-se mecanismos adequados para as flutuações de curto prazo. Ao mesmo tempo, esperava promover a competição no setor de óleo e gás, em benefício dos consumidores, sugerindo que a Petrobras devesse vender parcela substancial de sua capacidade de refino, varejo, transporte e outras atividades onde tenha poder de mercado.

É bom lembrar que o setor é considerado estratégico no âmbito constitucional. E a legislação atual (Lei nº 9.847/99, art. 1º § 1º), quanto ao abastecimento nacional de combustíveis, aí incluída a produção, a distribuição, a revenda de petróleo e seus derivados básicos e produtos, considera, corretamente, essas atividades de utilidade pública, mas não serviço público.

Uma solução de mercado corre risco de ser substituída por regulação administrativa com benefícios incertos

Portanto, sujeitas a regras específicas, relacionadas com o produto e seu fornecimento em todo o território nacional, isto é, destinadas a fazer com que os usuários dos produtos recebam com segurança e facilidade, produtos de boa qualidade, mas não impõe qualquer direcionamento de política econômica das empresas. Nem distribuição nem revenda são atividades sob monopólio, nem sujeitas a outras regras concorrenciais, que não as do livre mercado.

A intervenção do Estado, em nome da concorrência, justifica-se, pois, desde que para evitar a formação arbitrária de assimetrias de poder no mercado ou para reprimir atos abusivos, competência própria do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), o que difere da adoção de políticas de fomento à competição, mais afeita às agências setoriais.

O alvo crítico do candidato eleito foi a forte presença do Estado no setor. Como programa eleitoral, suas propostas parecem, no entanto, vir na direção inversa de recentes incursões de órgãos como a ANP (Agência Nacional de Petróleo) e o Cade, que, sob a justificativa de lidar com a concorrência, propõem uma reformulação do modelo de negócios pelo qual foram constituídos os mercados de revenda e distribuição de combustíveis nas últimas décadas.

Em recentes manifestações nessa linha, aqueles órgãos propõem, primeiro, desautorizar contratos de exclusividade entre distribuidores e postos, um modelo de contratação que, aliás, viabilizou a consolidação de marcas (as chamadas "bandeiras" dos postos), construindo confiança dos consumidores quanto à qualidade e procedência dos combustíveis. Note-se a diferença entre a legítima competência do Cade em proibir, caso a caso, o contrato de exclusividade, que em um particular mercado de revenda, limite a concorrência, e sua extrapolação, ao buscar determinar, por Resolução geral e abstrata, em convênio com a ANP, que postos com bandeira de determinada distribuidora, adquiram combustíveis de outras procedências.

Em segundo lugar, pretendem aqueles órgãos, na esteira da autorização de infidelidade à marca, propor o "by-pass" da etapa de distribuição, com a venda direta de produtores de etanol aos postos revendedores, o que, no entanto, pode trazer maior dificuldade à fiscalização e controle de qualidade do combustível que chega ao consumidor.

Na verdade, o que ambas as intervenções podem trazer é mais perturbações exógenas à alocação eficiente de recursos. O agente privado é incentivado a realizar investimentos em sua marca e na qualidade de seu produto, na medida em que possa ter como contrapartida a recompensa pelo investimento, ou seja que a recompensa seja internalizada. Quando se admite que a recompensa seja externalizada, com o aproveitamento do investimento por outros agentes que não incorreram nesse custo, cria-se um desincentivo para o investimento no

mercado, o que traz um saldo negativo em termos de qualidade do produto e no serviço de distribuição.

Na verdade, o distribuidor ver-se-á desestimulado a investir em qualidade e na atração do consumidor, pois reduz-se o retorno com a externalização da recompensa. Resultado: queda de qualidade do produto, do serviço e queda do investimento em marketing (mesmo o marketing traz um ganho ao consumidor em termos de informação e possibilidade de comparar concorrentes). Tudo isso em detrimento ao interesse do consumidor e, por consequência, da concorrência.

Mas talvez o principal questionamento a ser levantado em relação à iniciativa é sua oportunidade. O objetivo almejado seria a redução de preços do combustível ao consumidor final. Ocorre que, juntas, as etapas de distribuição e revenda não chegam a representar 12% do preço final do produto. Em contexto no qual há sinalização, pelo novo governo, de introduzir efetiva competição na produção, refino e transporte dos combustíveis, quebrando o monopólio estatal, verdadeiro responsável pelos altos preços no setor, parece que a medida proposta pelos órgãos ataca o alvo errado em momento inoportuno.

Se, mantido o monopólio, já é difícil avaliar o impacto econômico e o trade-off entre uma duvidosa redução de preços e o possível desincentivo ao investimento por distribuidores, é ainda mais obscuro qual seria o efeito daquela alteração proposta por ANP e Cade caso advenha a efetiva quebra do monopólio da Petrobrás. Em países nos quais há competição na produção e refino, há, muitas vezes, uma verticalização eficiente, competitiva e benéfica ao consumidor, desde a ponta da produção até a revenda do combustível.

Em suma, a estrutura atual, fruto de solução mercadológica, corre o risco de ser substituída por uma regulação administrativa geradora de custos, com benefícios incertos, voltada para a ponta da cadeia, em momento de reflexão sobre alterações em sua raiz, verdadeiro (e correto) alvo na mira do novo governo.

Tercio Sampaio Ferraz Junior é advogado e professor titular aposentado da Universidade de São Paulo

Juliano Souza de Albuquerque Maranhão é professor de Teoria Geral do Direito, Universidade de São Paulo

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/11/2018****Seção: Opinião****Autor: Anne Krueger****Título: O pântano protecionista de Trump**

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA lideraram o mundo na redução das barreiras protecionistas e no estabelecimento de um sistema de comércio exterior aberto e regido por leis. Os esforços resultaram no meio século de maior crescimento econômico na história da humanidade. Agora, o governo do presidente Donald Trump vem revertendo esse processo. O protecionismo desatado por Trump é contagioso e provavelmente vai se disseminar para outras indústrias além das que ele deseja proteger da competição externa.

Vejamos o aço importado, sobre o qual o governo Trump impôs tarifas de 25% em março. O motivo declarado para essas tarifas foi a "segurança nacional", embora a indústria americana de defesa represente apenas 3% do consumo de aço no EUA. Se Trump realmente está preocupado com a segurança nacional, então é de se imaginar por que os EUA não estão mantendo o minério de ferro embaixo da terra como uma reserva estratégica contra hostilidades futuras.

De qualquer forma, as tarifas também foram impostas a aliados dos EUA, como o Canadá, o que prova definitivamente a falsidade do argumento de segurança nacional. No caso de um país rival como a China, as importações de aço já eram alvo de tarifas de até 70% e representavam apenas 2% do consumo de aço dos EUA.

As tarifas sobre as importações dos EUA agora se aplicam a 59 tipos diferentes de aço. Se uma empresa americana não consegue obter insumos siderúrgicos domesticamente, precisa passar a pagar a tarifa ou solicitar uma isenção ("exclusão"). Se optar pela segunda alternativa, precisa declarar a quantidade e o grau de dureza do aço que precisa, sua composição química e as dimensões do produto (dutos ou lâminas, por exemplo), entre outras exigências; e, para cada tipo de aço, precisa submeter uma solicitação separada, mesmo se a única diferença forem as dimensões. Além disso, cada solicitação precisa incluir provas de que o requerente não conseguiu obter o aço de fornecedores locais.

Uma vez que a solicitação é recebida, ela é tornada pública e os produtores domésticos têm 30 dias para contestar as informações. Se nenhum produtor se prontificar a fornecer o aço solicitado, o requerente supostamente pode receber, em até sete dias depois do período de revisão pública, uma isenção válida por um ano.

No início, o governo Trump imaginava que seriam feitas cerca de 4,5 mil solicitações de isenção das tarifas de importação de produtos siderúrgicos. Para administrar o processo, o Departamento do Comércio dos EUA contratou 30 novos funcionários para avaliar as solicitações. Até 1 de novembro, contudo, haviam sido apresentadas 31.527 solicitações e mais 14.492 objeções de produtores de aço.

De acordo com o QuantGov, o Gabinete de Indústria e Segurança dos EUA havia aprovado 11.259 solicitações, negado 4.367 e ainda precisava processar mais de 50% dos pedidos recebidos. Em 2 de novembro, o preço do aço laminado a quente nos EUA estava 33,4% mais caro do que 12 meses antes.

Hoje há cerca de 80 mil trabalhadores siderúrgicos nos EUA e milhões trabalhando em indústrias que usam aço. As tarifas de Trump sobre o aço e alumínio importado podem criar 33 mil empregos no setor de metais, mas cortarão 180 mil postos no resto da economia

Lá em 2002, quando a indústria de aço dos EUA persuadiu o então presidente George W. Bush a aplicar tarifas de 8% sobre 30% do aço importado, existiam cerca de 187 mil trabalhadores siderúrgicos no país. Como resultado, estima-se que cerca de 6 mil empregos foram criados na indústria de aço e cerca de 200 mil foram perdidos em indústrias relacionadas que usavam produtos siderúrgicos.

Hoje, há cerca de 80 mil trabalhadores siderúrgicos nos EUA e mais milhões trabalhando em indústrias que consomem aço. Segundo estudo publicado em março, as tarifas sobre o aço e alumínio importado podem criar 33 mil empregos adicionais no setor de metais, mas vão cortar 180 mil postos de trabalho no resto da economia.

Tudo isso era previsível. As empresas que usam produtos siderúrgicos (como fabricantes de carros, de máquinas-ferramentas e de equipamentos agrícolas) agora estão em profunda desvantagem em relação aos concorrentes estrangeiros. À medida que percam participação de mercado tanto em casa quanto no exterior, a competitividade da indústria siderúrgica dos EUA também vai cair.

Como mostram os simples números das solicitações de isenção, administrar uma política protecionista é sumamente complexo, mesmo quando se trata de apenas um setor industrial. E agora o atoleiro protecionista de Trump está ficando mais profundo. A Coreia do Sul, que aceitou adotar "restrições voluntárias às exportações" em troca da isenção das tarifas americanas sobre o aço, pediu à associação de produtores domésticos para determinar cotas de exportação entre seus membros. As autoridades alfandegárias dos EUA vão ter

que incorrer com o custo de monitorar todas as importações de aço para assegurar que não sejam classificadas equivocadamente.

As tarifas de Trump sobre o aço são ainda mais surpreendentes quando se considera que há um excesso mundial de capacidade de produção, em grande parte localizado na China. Em vez de buscar uma solução multilateral por meio da Organização Mundial do Comércio, Trump está tentando elevar a produção de aço nos EUA, o que vai apenas aumentar o excesso de oferta.

Para piorar, o governo Trump também contempla tarifas adicionais. Em comício em agosto, Trump reiterou a ameaça de impor uma tarifa de 25% sobre os automóveis - particularmente os produzidos na União Europeia. Se seguir adiante com a ideia, o Peterson Institute for International Economics estima que o custo de um carro novo nos EUA poderia aumentar entre US\$ 1,4 mil e US\$ 7 mil, seja fabricado em casa ou no exterior. Benn Steil e Benjamin Della Rocca, do Council of Foreign Relations, avaliam que os aumentos de custos resultantes das tarifas sobre o aço já colocam em risco até 40 mil empregos na indústria automotiva.

No cômputo geral, as tarifas de Trump sobre o aço não vão reduzir o déficit em conta corrente dos EUA nem criar mais empregos em termos líquidos. O déficit é reflexo da diferença entre os investimentos e as poupanças domésticas. As tarifas de importação não vão ter impacto sobre isso, mas certamente vão aumentar os custos para os produtores e consumidores americanos. Em vez de pensar em mais tarifas, o governo Trump precisa eliminar sua bagunça protecionista antes que a situação fique ainda pior. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Anne O. Krueger, ex-diretora gerente adjunta do FMI, é professora sênior de pesquisas de economia internacional na Escola de Estudos Internacionais Avançados, da John Hopkins University. Copyright: Project Syndicate, 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires e Silvia Rosa | De São Paulo

Título: Queiroz Galvão renegocia dívida em quatro pacotes

Com dívidas que alcançam quase R\$ 10 bilhões, o grupo de infraestrutura Queiroz Galvão decidiu separar em quatro grandes pacotes a reestruturação dos débitos com os credores, com quem negocia há meses uma saída para salvar a companhia. As dívidas estão distribuídas sob os guarda-chuvas Queiroz

Galvão Energia; Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário; Construtora Queiroz Galvão e concessões; e Move São Paulo. Conforme o **Valor** apurou, a negociação que está mais adiantada é a do braço de energia, cujas dívidas somam R\$ 3,5 bilhões.

O fundo de investimento americano Castllake deve assumir a empresa. Comprou os créditos do Santander, Itaú Unibanco, Banco do Brasil e ING no valor de R\$ 2,8 bilhões e negocia R\$ 140 milhões detidos pelo Safra e BTG, além de um "waiver" do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para troca acionária. O banco estatal é credor do negócio de energia com R\$ 700 milhões. Só quando fechar essas negociações o Castllake poderá converter tudo em equity e levar a empresa. A GE Capital, unidade de serviços financeiros da General Electric e também credora, deverá se juntar ao fundo.

O negócio de energia da Queiroz Galvão é grande. São três usinas hidrelétricas no Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina, uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e parques eólicos no Nordeste, com capacidade total de mil MW (megawatts). Há ainda uma comercializadora que faz a compra e venda de energia no atacado.

A Parceria Público-Privada (PPP) Move, responsável pela implantação da Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo e da qual a Queiroz é sócia com Odebrecht e UTC, caminha para o desfecho da caducidade. Trata-se da extinção do contrato de forma unilateral pelo poder público por descumprimento de obrigações do privado.

O governo do Estado de São Paulo recebeu na semana passada o aval do conselho que acompanha a PPP para decretar a caducidade do contrato de construção. As obras da Move foram paralisadas em 2016 por dificuldade na obtenção do financiamento de longo prazo com o BNDES, especialmente após o envolvimento das empreiteiras na Lava-Jato. O BNDES é responsável pelo financiamento do projeto que conta com fiança do BTG, Crédit Agricole, Santander e ABC.

Na caducidade, os bancos e a concessionária têm direito a receber uma indenização que ainda precisa ser calculada. Os bancos estão executando as garantias dadas no empréstimo-ponte, tentando reaver o que conseguem com os sócios do projeto e com as indenizações devidas pelo investimento já feito na PPP.

Na Desenvolvimento Imobiliário a estrutura dos financiamentos já oferece menor risco. O débito é de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, sendo R\$ 800 milhões na modalidade Plano Empresa da Construção Civil, conhecido como Plano Empresário. Nessa linha, o banco financia o custo de construção do

empreendimento e a venda das unidades é usada para o pagamento da dívida, o que reduz a exposição do grupo. A empresa tem mais R\$ 500 milhões de dívida corporativa cuja estrutura de pagamento é via "cash sweep" - o excesso do fluxo de caixa após o pagamento das obrigações vai para honrar as dívidas e não para os acionistas.

O quarto pacote engloba a construtora e as concessões. Será criada uma conta "escrow" em nome dos credores. Eles vão receber os recursos gerados desses ativos. Essa conta vai servir também para assegurar qualquer tipo de problema em algum dos outros pacotes.

Com R\$ 1,2 bilhão em dívidas, o Estaleiro Atlântico Sul (EAS) é uma negociação separada que pode ser incorporada à da construtora a qualquer momento se houver algum calote. A empreiteira responde por mais da metade das receitas do grupo. Desde a Lava-Jato e com a crise que reduziu o número de obras públicas no país, a receita da empreiteira caiu.

As instituições financeiras têm exigido mais garantias e querem que a Queiroz Galvão se desfaça de ativos para aceitarem a renegociação. A empresa tenta vender a participação no EAS, do qual é sócia com a Camargo Corrêa.

No caso das garantias, um dos ativos exigidos pelos bancos, apurou o **Valor**, eram as ações ou o acesso ao fluxo de caixa da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP). Uma possibilidade é a empresa vender operações na área de óleo e gás para pagar a primeira parcela do refinanciamento.

Está em discussão uma extensão do prazo de pagamento para até oito anos. Se a empresa cumprir os compromissos, os credores poderão estender o prazo para o acerto do valor restante, o que elevaria a duração da reestruturação total para até 18 anos. Apesar de não haver data para a conclusão, os bancos pressionam a empresa para concluir essa operação. O Itaú Unibanco notificou a empresa de que irá executar as dívidas se não houver acordo. O banco segue Santander e BTG, que já fizeram o mesmo. O BNDES é o maior credor e pediu para entrar com os bancos no compartilhamento das garantias. A complexidade do acordo decorre do fato de o grupo ter várias empresas e credores diferentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Hitachi e ABB

Destaques

A Hitachi está negociando comprar parte ou todo o negócio de redes elétricas da ABB, uma divisão que, segundo analistas, pode valer cerca de US\$ 13 bilhões. De acordo com o "Financial Times" citando pessoas próximas ao assunto, os dois lados têm conversado em sigilo e as negociações estão em estágio adiantado. Essas mesmas fontes, no entanto, não informaram mais detalhes sobre a estrutura do negócio. Uma pessoa disse que a ABB poderia ficar com uma participação minoritária na unidade, que fabrica equipamentos destinados à transmissão de energia elétrica por longas distâncias. Procuradas, as empresas não comentaram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Echoenergia cresce no mercado livre

A Echoenergia, braço de geração renovável da gestora britânica Actis, conseguiu mais um contrato de longo prazo destinado ao mercado livre, desta vez para viabilizar um complexo eólico de 151 megawatts (MW) no Rio Grande do Norte (RN), apesar de todos os obstáculos referentes ao financiamento de ativos destinados a esse ambiente de contratação. A energia será objeto de um contrato de 15 anos de duração, com um grande consumidor cujo nome não foi informado.

"O que posso afirmar é que seguimos com a estratégia de assinar contratos apenas com clientes com rating de crédito 'triple A' e listados na bolsa", disse Edgard Corrochano, presidente da Echoenergia, em entrevista ao **Valor**.

Esse é o segundo projeto de geração eólica contratado no longo prazo pela Echoenergia no mercado livre. Recentemente, a companhia vendeu 101 MW em um outro projeto de energia eólica, também no Rio Grande do Norte, na região da Serra do Mel.

Os 252 MW entrarão em operação em 2020. Somados aos 700 MW que a companhia já tem gerando, a Echoenergia chegará a 952 MW em projetos eólicos.

Segundo Corrochano, a Echoenergia está se mostrando "pioneira" nesse mercado, uma vez que, tradicionalmente, a expansão da capacidade instalada se dá por projetos contratados em leilões, destinados ao mercado regulado.

Esses contratos de longo prazo e diluídos entre várias distribuidoras são utilizados como garantia para obtenção de financiamento.

Outra modalidade que tem ganhado força no mercado são contratos "híbridos". Como a demanda nos leilões está baixa, os geradores vendem parte da garantia física nas disputas, garantindo ao menos uma parte do financiamento necessário. O restante dos empreendimentos é destinado ao mercado livre, na qual os contratos de longo prazo são aqueles de até cinco anos de duração.

A diferença da estratégia da Echoenergia é que a empresa tem conseguido firmar contratos de duração maior para a totalidade dos projetos em construção.

Para os 101 MW iniciais, já foram contratadas máquinas da Vestas, e financiamento do Banco Nacional do Nordeste (BNB). A companhia ainda não fechou os contratos do novo projeto de 151 MW. "O investimento total nos dois ativos é de cerca de R\$ 1,3 bilhão", disse Corrochano. A expectativa da companhia é assinar o financiamento do novo empreendimento até o fim deste ano, possivelmente também com o BNB, que oferece crédito subsidiado para projetos no Nordeste.

Os projetos fazem parte de um portfólio de 500 MW adquirido pela Echoenergia da francesa Voltalia. Segundo Corrochano, o cluster da Serra do Mel tem 1 GW de potencial a ser desenvolvido. Pelo acordo, além de desembolsar uma quantia não informada pelas empresas, a Echoenergia também se comprometeu a dividir as despesas de construção de uma subestação e uma linha de transmissão de 50 quilômetros e 500 quilovolts (kV) de tensão, para escoar a energia gerada no complexo para o Sistema Interligado Nacional (SIN). O investimento projetado já inclui a despesa com essas obras.

"A Voltalia tem pelo menos 400 MW já em operação há vários anos na região, temos uma certeza muito grande da qualidade do vento e sobre os dados operacionais", disse Corrochano. Segundo ele, a vantagem competitiva dos projetos é grande e deixa os ativos muito competitivos, com fator de capacidade acima de 60%.

A Echoenergia ainda não decidiu o destino dos 248 MW restantes que tem a desenvolver na região, pelo acordo com a Voltalia. "Vamos desenvolver via leilão ou no mercado livre. Trabalhamos no objetivo de chegar a 1,5 GW de potência", disse o presidente da companhia.

Apesar da aposta no mercado livre, no médio a longo prazo, a Echoenergia acredita na retomada da demanda via leilões. "Continuamos vendo a eólica crescendo 2 GW por ano no mercado regulado. Contando também com o

mercado livre, pode ser até mais", disse Corrochano, lembrando que, com a retomada da economia, haverá necessidade de mais energia.

MME / ASCOM .